

Política

Mangels Sistemas de Informação. Consultoria, Sistemas e Serviços de Informática. Empresa 100 - Brasília. Fone: (011) 452 4811

MANDATO PRESIDENCIAL

Orestes Quêrcia defende o presidencialismo

por Stela Campos Pinto de São Paulo

O governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, disse ontem que, pelos contatos que tem mantido com deputados federais nos últimos dias, o sistema parlamentarista deverá ser instituído pela Assembleia Nacional Constituinte. Ele, no entanto, acredita que a forma mais conveniente para o momento brasileiro seja o presidencialismo.

A definição do sistema de governo, na sua opinião, é prioritária. "Acho que se deve definir o sistema e acho que será o parlamentarismo", observou. Apesar de enfatizar que é amplamente favorável ao presidencialismo, Quêrcia fez questão de frisar que seu pensamento acompanhará a decisão da Constituinte.

Para Quêrcia, o surgimento dessa questão do regime de governo, demonstrando a preocupação dos congressistas constituintes em definir logo o mandato presidencial. "É preciso haver tranquilidade para que os constituintes possam trabalhar, escrever a Nova Constituição, definir o sistema de governo e depois o mandato do presidente", afirmou. Esse raciocínio, segundo, ele, é partilhado pelo deputado Ulysses Guimarães, que marcou reunião do PMDB para discutir as questões políticas mais importantes do País.

CONGELAMENTO DE PREÇOS

Na área econômica, Quêrcia afirmou ser favorável a um novo congelamento de preços e defendeu uma intervenção mais dura do governo contra os "abusos" registrados em alguns setores nos últimos dias. Entretanto, o governador paulista disse não ter conhecimento que o governo adotará alguma nova medida. Pelas conversas que teve recentemente com o ministro Bresser Pereira, ele pôde constatar que não há nenhum programa no sentido de um novo congelamento.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, disse ao repórter Zanolini Antunes que concorda que a Assembleia Constituinte deva encontrar uma solução para a definição do mandato do presidente José Sarney. Essa incógnita, segundo ele, acaba por acentuar a própria crise econômica.

Sarney rejeita parlamentarismo e defende pacto social como solução

por Edson Beá de Brasília

O presidente José Sarney disse a este jornal que de nada adiantaria adotar o parlamentarismo, como tentativa de garantir a estabilidade política e econômica do País, sem, antes, alterar o atual quadro partidário, fortalecer as instituições democráticas e mudar o sistema eleitoral, com a inclusão do voto distrital.

Sarney não acredita no parlamentarismo como bandeira de salvação. Ao invés de assegurar estabilidade política e institucional, o parlamentarismo, agora, "só pioraria a situação", disse. Referindo-se ainda a essa forma de sistema de governo, o presidente acentuou que a crise brasileira não será solucionada com "superficiais" e "demagogia".

O melhor, na sua opinião, seria a atual Constituinte reorganizar os poderes do Congresso Nacional, para dividir com o Executivo a tarefa de administrar o País. Sarney entende que o Brasil exige um sistema de governo "mais sofisticado", para aliviar a carga

de responsabilidades que sente pesar nos ombros, como presidente. "Mas, não estou falando de parlamentarismo de nenhuma natureza", ressaltou.

O presidente negou qualquer intenção de renunciar. "Não pedi para ser presidente. Também não pedirei para não ser presidente", respondeu e disse que "continuará lutando" em busca da solução dos problemas. "O Brasil é maior do que seus problemas", sublinhou, por isso, reiterou que permanecerá no cargo "serenamente, sem nenhuma queixa, sem nenhuma recriminação".

O presidente Sarney afirmou que a Aliança Democrática continua dando-lhe o necessário apoio político e antecipou: "No dia em que a Aliança Democrática me faltar, terei que armar um outro esquema de sustentação parlamentar".

CRISE ECONOMICA

"Eu não sou o autor da crise. Também sou vítima dela", explicou o presidente José Sarney a este jornal, para esclarecer que, assim como a sociedade, ele também tem pressida em encontrar uma solução para os problemas do País. O

presidente acenou novamente com a proposta do pacto social, como única forma de o governo superar as atuais dificuldades, e viabilizar uma saída a curto prazo. Sarney lembrou que a crise econômica brasileira foi sedimentada "ao longo dos anos". Por isso, seria impossível resolvê-la "da noite para o dia", através de medidas administrativas.

"No retorno de sua viagem ao Rio de Janeiro na última sexta-feira, o presidente da República manifestava grande preocupação com o quadro político e econômico do País, sacudido pela turbulência dos numerosos boatos que, no dia anterior, davam como certa sua renúncia, entre outras especulações.

Sarney lembrou que já tinha defendido o pacto social, como instrumento essencial para garantir a estabilidade do processo de transição democrática, combater a inflação e garantir os compromissos sociais assumidos pela Nova República. Mas, para isso, disse que sabia da necessidade de fechar um pacto político previamente. Sarney lamentou que o presidente do PMDB, deputado

Ulysses Guimarães, não tivesse aceito a tarefa de coordenar esse entendimento político, do qual ele seria o executor. Já na Base Aérea de Brasília, Sarney observava: "O caminho que sempre preguei foi o do pacto social e político", que resultasse num projeto social e econômico. A um grupo de parlamentares que fazia parte da comitiva que o acompanhava até as solenidades do dia da vitória, no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio, ele deixou claro que, sem esse acordo, fica muito difícil viabilizar uma saída para a atual crise. O pacto social é "a única solução", assinalou. Sem ele, conforme acentuou, os interesses setoriais acabam impedindo a execução de qualquer plano econômico que vise estabelecer preços e salários. "O Plano Cruzado foi uma tentativa, mas...", mencionou ele, sem concluir a frase. No momento, o presidente acha que os pequenos empresários são os maiores sacrificados pela inflação e taxa de juro. Porque, na sua avaliação, o gatilho salarial tem mantido o poder aquisitivo dos trabalhadores.

CONSTITUINTE

Fogaça propõe "comissão de transição"

por Francisca Stella Fogó de Brasília

Convencido de que a tendência dominante no PMDB e na Constituinte aponta para a adoção do sistema parlamentarista de governo e de eleições diretas para presidente da República, o senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo da Constituinte, incluiu as duas propostas no relatório que apresentará no início da tarde desta segunda-feira.

Até sexta-feira, Fogaça não havia ainda resolvido se definir em quatro ou cinco anos a duração do mandato do presidente da República. Antes, ele pretende consultar o maior número possível de constituintes.

Qualquer que venha a ser o prazo da duração do mandato do presidente José Sarney, o senador vai propor a criação de uma comissão "comissão de transição". Constituída por três representantes da Presidência da República, três do Senado e três da Câmara, a comissão teria a tarefa de auxiliar o presidente Sarney nas decisões sobre a transição política.

Fogaça enfrenta o desafio de captar o sentimento predominante na Constituinte e ao mesmo tempo extrair o que há de saudável nas experiências parlamentaristas dos países europeus. A fórmula que tem em mente afasta qualquer possibilidade de equivalência de poderes entre o Parlamento e o presidente da República. "Se os dois empatarem", pondera, "as decisões paralisam-se".

Como, por sua proposta, o presidente deverá ser escolhido por eleições diretas e terá, portanto, o respaldo de cerca de 30 milhões de votos, o Parlamento ficará com a menor soma de poderes. Mas se o presidente ficar com 51% dos poderes, o parlamento terá avançado 49% em relação ao seu papel atual, raciocina.

Sexta-feira, Fogaça passou o dia discutindo sistema de governo com seus colegas constituintes. Todos defenderam o parlamentarismo. Houve a exceção de um forte defensor do presidencialismo: o deputado R. Teixeira (PMDB-RJ), desde o início designado para a Subcomissão do Poder Legislativo, mas que foi sexta-feira transferido para a Subcomissão do Poder Executivo.

A julgar pelas conclusões preliminares das diversas Subcomissões da Constituinte, a aprovação do sistema parlamentarista de governo no capítulo dos poderes da nova Constituição será um entre vários instrumentos de fortalecimento do Poder Legislativo. De forma praticamente generalizada, as Subcomissões atribuem mais poderes ao Legislativo.

E o caso, por exemplo, da Subcomissão do Sistema Financeiro, que propõe a substituição do Conselho Monetário Nacional por uma comissão composta por representantes da Câmara e do Senado. Também a Subcomissão de Orçamento pretende ampliar consideravelmente os poderes do Legislativo para controlar as receitas e despesas públicas. Outra iniciativa semelhante é da subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica, que deverá propor a obrigatoriedade de aprovação do Legislativo em condição indispensável para a definição, caso a caso, da presença do Estado na economia.

Relatores pedem força para o Legislativo no controle das finanças

por Francisca Stella Fogó de Brasília

As propostas que os três sub-relatores da Comissão do Sistema Tributário, Finanças e Orçamento da Constituinte apresentam nesta segunda-feira têm em comum o fortalecimento do Poder Legislativo no controle e na fiscalização das receitas e das despesas públicas.

Depois de um intenso debate com ministros, ex-ministros, entidades de classe, economistas, advogados, presidentes e ex-presidentes do Banco Central e outros órgãos da área econômica do governo, os membros da Comissão estão convencidos de que esse deve ser o caminho das mudanças.

Incentivos fiscais, conforme a proposta da Subcomissão de Tributos, só poderão ser concedidos por expressa autorização do Congresso Nacional. De quatro em quatro anos, o conjunto de incentivos seria reavaliado pelo Congresso e só seriam mantidos os que fossem convalidados.

A proposta do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), relator da Subcomissão de Finanças, contém um extenso conjunto de instrumentos para o Legislativo intervir no sistema financeiro. Ele propõe a substituição do Conselho Monetário Nacional por uma comissão composta por membros da Câmara e do Senado, com poderes para decidir sobre a emissão de títulos, de moeda e autorizar o aumento de despesas.

Na Subcomissão de Orçamento, o relator, deputado José Luiz Maia (PDS-PI) formula neste fim de semana a proposta de proibição de emissão de títulos para cobrir despesas. Títulos públicos, segundo o deputado, devem ter a exclusiva função de regular a liquidez do mercado.

Maia incluirá também em seu relatório a criação de um Banco Central independente, cuja diretoria seria aprovada pelo Congresso Nacional com mandato de duração previamente fixado em lei. Nenhuma atividade de fomento poderia ser exercida pelo Banco

Central, uma regra que o deputado considera indispensável para garantir a transparência das contas públicas e evitar despesas públicas camufladas por empréstimos subsidiados.

SISTEMA TRIBUTÁRIO

O deputado Benito Gama (PFL-BA), presidente da Subcomissão do Sistema Tributário, anunciou sexta-feira os principais itens da proposta a ser apresentada segunda-feira pelo deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), relator da Subcomissão.

Empréstimos compulsórios, pela proposta, não poderão ser criados, exceto em hipóteses rigorosamente definidas na Constituição: guerra e calamidade pública. A Constituição em vigor deixa o caminho aberto para a criação de empréstimo compulsório em hipóteses definidas em lei complementar, sistema que, segundo Benito Gama, provou nos últimos anos dar margem a abusos da autoridade.

Por unanimidade, segundo o deputado, a Subcomissão entende que o sistema de partilhar das receitas públicas deve ser alterado, para fortalecer estados e municípios. Atualmente, a participação da União na receita tributária atinge 43% dos estados, 38,5%; e dos municípios, 18,5%. A proposta reduzirá a participação da União, em favor de estados e municípios, em proporção não definida pelo relator até sexta-feira.

As competências tributárias são revistas pela proposta. A União ficaria com o Imposto de Renda, o IPI, o IOF, o Imposto de Importação e o Imposto de Exportação. Os estados, com o ISS e com o ICM com base ampliada, absorvendo os impostos únicos hoje cobrados pela União. E os municípios, que perderiam o ISS, ficariam com os IPTU, o ITBI e o IPVA e com parte maior nos fundos de participação.

Dificilmente, segundo Benito Gama, a Subcomissão aprovará qualquer proposta de tributação do patrimônio líquido de pessoas físicas, mas há possibilidade de aprovar o imposto sobre heranças e doações.

Os pontos básicos nas relações trabalhistas

por Thais Bastos de Brasília

Direito de greve assegurado a todos os trabalhadores, com exceção dos funcionários públicos. Estabilidade no emprego. Proibição de locação de mão-de-obra. Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Proibição de trabalho ao menor de 14 anos e autonomia e liberdade sindical. São esses os pontos básicos que o relator da Subcomissão de Direitos dos Trabalhadores, deputado Mário Lima (PMDB/BA), enumera como consensuais dentro da subcomissão.

Em entrevista a este jornal, o relator e presidente licenciado do Sindicato dos Petroleiros da Bahia, confirmou que dentre as mais de seiscentas propostas analisadas na subcomissão, nenhuma foi apresentada em moldes contrários a qualquer um desses princípios. As dificuldades de aprovação também na Comissão Temática — Ordem Social — para onde o relatório da subcomissão será encaminhado em

maio, e depois, na Comissão de Sistematização, onde todas as idéias para a elaboração da nova Constituição serão analisadas a partir de 15 de junho, serão muitas, e Mário Lima sabe disso.

No entanto, parece otimista. Afirma acreditar na sensibilidade dos constituintes para "questões reivindicadas há mais de dez anos pelo movimento sindical brasileiro". Lembrou ainda que as reivindicações encontram respaldo no programa do partido majoritário na Constituinte, o PMDB, "que não tem, hoje, prioridade maior do que avançar nas questões sociais".

O relator, que atua no sindicalismo há 29 anos, prevê dificuldades maiores na defesa dos temas que envolvem o direito de greve aos servidores públicos, o co-gestão, participação nos lucros ou faturamento das empresas, extinção da contribuição sindical obrigatória, e definição entre unidade ou pluralismo sindical.

Mesmo admitindo que o PMDB, aliado a alguns partidos de esquerda, possa vir a adotar uma postura intransigente quanto aos temas, "até mesmo assumindo a derrubada de vetos presidenciais", Mário Lima considera que a difícil situação econômica brasileira e o elevado número de funcionários públicos são empurrões bastante fortes à aprovação da proposta de direito de greve ao funcionalismo.

No caso da co-gestão, o deputado afirma ter a impressão de que o máximo que poderia ser feito, hoje, é instituir o sistema para as estatais e fundos sociais públicos. "Não avançaremos além disso. O País não tem tradição nesse sentido e carece de alicerces mais democráticos do que os atualmente existentes." Os três outros temas deverão primeiro, de acordo com o relator, sofrer um debate interno na subcomissão, para que o ponto de vista comum, resultante, possa ser defendido com mais força na comissão temática, análise.

Pessoalmente, Mário Lima defende a extinção gradativa da contribuição sindical obrigatória, na razão de 20% ao ano, e considera que o pluralismo sindical dilui poderes, não sendo a fórmula ideal para o movimento sindical organizar-se.

Alianças fora do PMDB e PFL

por Riomar Trindade do Rio

O presidente José Sarney deseja uma rápida definição, no âmbito da Aliança Democrática, sobre a duração de seu mandato, mas também não descarta a hipótese de ampliar as bases de negociações, buscando entendimento com lideranças políticas fora dos quadros do PMDB e do PFL, com o objetivo de resolver de vez a indefinição em relação ao tempo que permanecerá na chefia do governo. Na semana passada, o presidente da República comunicou ao deputado Ulysses Guimarães e ao ministro Aureliano Chaves, principais líderes da Aliança Democrática, que gostaria de ver esse assunto definido com urgência para acabar com o desgastante debate, travado no Con-

gresso, envolvendo o mandato presidencial.

O porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, disse a este jornal, sexta-feira, no Rio, que tanto o deputado Ulysses Guimarães — presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara dos Deputados — quanto o ministro Aureliano Chaves — presidente de honra do PFL — têm conhecimento do prazo que o presidente Sarney considera ideal para uma definição. "Esse prazo é próximo, urgente", assinalou. De acordo com o porta-voz, o presidente da República julga a definição sobre a duração de seu mandato indispensável para conduzir a renegociação da dívida externa com os credores internacionais, bem como para administrar internamente o País, que convive com uma inflação elevada é sintomas evidentes de descontrole da economia.

A rápida definição sobre o "tamanho" do mandato do presidente José Sarney — seja ele de quatro, cinco ou seis anos, conforme prevê a Constituição em vigor — é também defendida pelo governador do Rio, Wellington Moreira Franco, sob o argumento de que a indefinição "é imobilista". Moreira Franco, porém, entende que a definição sobre o assunto deve ser tomada no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte.

Esta, entretanto, não parece ser a estratégia do Palácio do Planalto. Uma fonte do governo disse a este jornal, sexta-feira, que a negociação será desenvolvida na esfera das lideranças partidárias "porque não há tempo para uma discussão a nível do Legis-

Convenção em debate

por Cecília Pires de Brasília

A Executiva Nacional do PMDB reúne-se nesta terça-feira, 12, para analisar a proposta do senador José Fogaça (PMDB-RS) no sentido de convocação de uma convenção extraordinária do partido com o objetivo de analisar qual a posição do partido quanto ao prazo do mandato do presidente Sarney e do sistema de governo a ser adotado pela Constituinte. Deverá analisar, ainda, a proposta do ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, para convocação de um plebiscito com o mesmo objetivo.

A tendência, nesta reunião, segundo declaração de alguns de seus membros, é a de aprovar a convocação de uma convenção. "Está foi o sugestão encaminhada à Executiva pelas bancadas do partido na Câmara e no Senado", declarou o deputado Evclides Scalco (PMDB-PR), que faz parte deste colegiado. A tese também é defendida pelo 3º vice-presidente da Executiva, senador Afonso Camargo, e pelo senador Mário Covas, líder

do partido na Constituinte, que embora não faça parte da Executiva, vai participar da reunião, a convite do deputado Ulysses Guimarães.

As principais lideranças do PMDB começam a chegar a um consenso a respeito da crise política que o País atravessa. Depois que a tese do parlamentarismo já, com mandato de 5 anos para o presidente, teve trazida pelo senador José Riche para dentro do Congresso Constituinte, foi bombardeada pelo partido, os líderes acreditam que apenas o presidente Sarney teria condições de tomar a iniciativa de convocar-se a uma decisão do PMDB.

Se não tomar esta iniciativa, acreditam essas lideranças, segundo a mesma fonte, será inevitável a realização de uma convenção, cujos resultados são previsíveis. A tendência, dentro do partido, hoje, segundo confirmou na sexta-feira o senador Mário Covas, é um mandato de quatro anos para o presidente e eleições em novembro, dois pontos que começam a ganhar consenso entre os constituintes do PMDB.

lativo". A mesma fonte assinalou que, caso as lideranças da Aliança Democrática não ofereçam uma definição rápida, o presidente Sarney deverá ampliar "as bases de negociações", ouvindo novos interlocutores, inclusive políticos que não pertencem aos quadros do PMDB nem do PFL. Nesse novo processo, também os governadores seriam mobilizados, com o presidente Sarney "avo-

cando para si" a missão de principal negociador. Essa nova estratégia incluiria, ainda, a reaproximação do presidente Sarney com o governador pernambucano Miguel Arraes. Na opinião da fonte do Planalto, o processo de reaproximação já teria sido iniciado, por intermédio dos governadores Tasso Jereissati (Ceará), Epitácio Cafeteira (Maranhão) e Alberto Silva (Piauí).

"Continuamos nossa caminhada"

Esta é a íntegra da mensagem do presidente José Sarney no programa "Conversa no Pé do Rádio".

"Brasileiras e brasileiros, bom dia.

Aqui, mais uma vez, vos fala o presidente José Sarney, nesta "Conversa no Pé do Rádio", nesta sexta-feira, dia 8 de maio.

As notícias são de que continuamos a nossa caminhada. Evidentemente, enfrentamos grandes dificuldades de natureza econômica e de natureza política.

Mas quero dizer às brasileiras e brasileiros que nada, nada mesmo, me fará perder a noção do cumprimento de minhas obrigações.

Todas as brasileiras e brasileiros sabem que eu não pedi para ser presidente. Também não vou pedir para não ser presidente, por causa das dificuldades. Se coube a mim governar o Brasil num momento de tempestade, tenho de enfrentá-las serenamente, sem recriminações, sem queixas, sem desânimos e sem abatimentos. Injustiças, ataques, incompreensões sempre provaram os que se dedicaram ao interesse público.

Eu não tenho ambições de poder nem de mando mas, serenamente, tenho o senso grave do cumprimento do poder.

Hoje, 8 de maio, é também o Dia da Vitória, quando se comemora o fim da Segunda Guerra Mundial, em que o Brasil esteve diretamente envolvido, enviando mais de 25 mil soldados do Exército e aviadores da FAB aos campos de batalha na Europa para defender a democracia — democracia que estamos consolidando, consolidando o poder civil, consolidando o poder político, que é a síntese de todos os poderes. Eu estarei presente à festa da Vitória, hoje.

Outro assunto é a notícia da bat: lha que nos estamos ini-

ciando pela integração de uma vasta região econômica brasileira, de 595 mil km, e que constitui nosso Centro-Oeste. São 35 milhões de hectares de terras aptos para o cultivo de milho, arroz, soja, feijão, dos quais menos de 1/4 está sendo explorado atualmente.

Eu estou falando do grande projeto de marcha para o Brasil Central que se fará através da construção da ferrovia Norte-Sul, de 1.570 km, que será uma obra que vai significar uma etapa histórica do Brasil, da ocupação do Brasil Central.

Nos vamos dar mais uma marcha naquilo que se chamava a "civilização do caranguejo", que é ficar preso o brasileiro à costa e que foi aberta com as obras de Juscelino na construção de Brasília e as obras de construção das estradas que demandaram a esta vasta região.

Agora, nós iremos integrar, através de ferrovias, todo o Brasil e vamos terminar essa ligação construindo a grande ferrovia Norte-Sul, que é a marcha para o Brasil Central.

Quero pedir às brasileiras e brasileiros que fiquem atentos a essa grande obra, porque é pioneira, de necessidade, uma obra histórica. O presidente Juscelino, quando foi fazer a Belém-Brasília, também foi muito censurado pelo fato de estar construindo aquela estrada. Diziam que era uma estrada que ligava nada a nada, porque não existia nada naquela região. Diziam que era uma estrada das onças. Enfim, o presidente Juscelino sofreu uma contestação muito grande a respeito da construção da Belém-Brasília. E hoje nós estamos vendo que a Belém-Brasília foi a grande estrada que foi a grande via de penetração, de ocupação e desenvolvimento de populações até então marginalizadas da vida brasili-

leira. Basta dizer que hoje a Belém-Brasília tem cidades à sua margem, como Imperatriz, com mais de 300 mil habitantes e um dos mais dinâmicos centros econômicos de toda essa região.

A ferrovia Norte-Sul, portanto, tem o mesmo sentido, sendo que ela vai integrar, como eu disse, uma vasta região econômica e ao mesmo tempo preencher um grande vazio que existe hoje nesta área do Brasil. Nós vamos fazer dela uma nova área de grande desenvolvimento. O futuro fará justiça à decisão histórica de começar a sua realização.

Quero dizer que ontem recebi o presidente do "Los Angeles Times" e ele me perguntou por que nós, no Brasil, tínhamos uma característica diferente de muitos países da América Latina. Eu lhe respondi que por duas razões: em primeiro lugar, porque o povo brasileiro é um povo que gosta de sua pátria, ele ama a sua pátria, ele tem ternura pela sua pátria; em segundo lugar, ele acredita no futuro de seu país, ele tem confiança no futuro do seu país. Isso é que distingue o povo brasileiro e, por isso, nós somos um país que acreditamos no nosso grande destino. E, por que acreditamos, nós enfrentamos os problemas tranquilamente, serenamente, procurando resolvê-los através do diálogo, da conciliação, da busca de caminhos comuns, porque nós sabemos que o Brasil é maior do que os seus problemas. O Brasil atravessou grandes dificuldades no passado e soube superar todas elas. Atravessará as dificuldades do presente e vai atravessar as do futuro, porque é um grande país e o povo brasileiro acredita no seu futuro e ama o Brasil.

Muito obrigado, bom dia e aqui termino a nossa "Conversa no Pé do Rádio" de hoje.

O Japão e Austrália, os modelos de Brizola

por Mario Helena Tachinardi de Brasília

Para o Partido Democrático Trabalhista (PDT) o conceito de soberania de uma nação está ligado à situação social de seu povo. "Soberania não é apenas estabilidade das fronteiras e a independência do país. Há um vínculo profundo entre soberania e realidade social. E dada a situação de miséria e de atraso cultural do povo brasileiro, pode-se dizer que nossa soberania está lesada", disse o ex-governador do Rio, Leonel Brizola, em depoimento na sub comissão de soberania, nacionalidade e relações internacionais da constituinte, que na sexta-feira encerrou seu ciclo de audiências públicas.

AS ELITES NO PODER

Para o ex-governador "as elites dirigentes do Brasil devem ser questionadas sobre isso". Brizola comparou a atual situação do País com a da Austrália e a do Japão, onde as elites soberanas desenvolveram-se de maneira civilizada. Ilustrando o seu exemplo, ele

lembrou que a Austrália é semelhante ao Brasil e também foi fundada por prediários — degradados ingleses — mas o resultado, hoje, é que 70% da população cursa o secundário, o salário de uma balconista é de US\$ 800, enquanto no Brasil o salário mínimo é de US\$ 30 e persiste um atraso cultural muito grande.

O ex-governador também ilustrou sua exposição sobre soberania, lembrando episódios da nacionalização de duas empresas norte-americanas — a ITT (telecomunicações) e a Bond and Share (energia elétrica), ocorridas em seu governo, em 1957, e as pressões que, na época, pesaram sobre as instituições brasileiras, principalmente o Poder Judiciário.

Um terceiro fato relatado por Brizola foi o exílio dos brasileiros no período militar em que "a soberania não foi respeitada, pois os exilados sequer tinham documentos fornecidos pelos consulados e embaixadas do Brasil".